



Universidade
Estadual de
Londrina

CAROLINE SILVA SALES

**A RELEVÂNCIA DE UMA RELAÇÃO SAUDÁVEL ENTRE
FAMÍLIA E ESCOLA INFANTIL NA SOCIEDADE
CONTEMPORÂNEA**

LONDRINA – PARANÁ
2010

CAROLINE SILVA SALES

**A RELEVÂNCIA DE UMA RELAÇÃO SAUDÁVEL ENTRE
FAMÍLIA E ESCOLA INFANTIL NA SOCIEDADE
CONTEMPORÂNEA**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado à Banca Examinadora do
Curso de Pedagogia na Universidade
Estadual de Londrina como exigência
para obtenção do título em Pedagogia sob
orientação da Professora Dr. Jaqueline
Delgado Paschoal

LONDRINA – PARANÁ
2010

CAROLINE SILVA SALES

**A RELEVÂNCIA DE UMA RELAÇÃO SAUDÁVEL ENTRE
FAMÍLIA E ESCOLA INFANTIL NA SOCIEDADE
CONTEMPORÂNEA**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado à Banca Examinadora do
Curso de Pedagogia na Universidade
Estadual de Londrina como exigência
para obtenção do título em Pedagogia sob
orientação da Professora Dr. Jaqueline
Delgado Paschoal

COMISSÃO EXAMINADORA

Profa. Dr. Jaqueline Delgado Paschoal
Universidade Estadual de Londrina

Prof. Juarez Gomes
Universidade Estadual de Londrina

Prof. Raquel Franco
Universidade Estadual de Londrina

Londrina, ____ de _____ de ____.

*À minha família, em especial a minha mãe,
mulher guerreira.*

AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradeço a Deus, que em todo o momento está comigo e me fortalece, não permitindo que eu desista no meu da caminhada. É Ele quem me sustenta e em quem me abrigo.

Agradeço a minha família, que são pessoas companheiras e que sempre estão por perto. Mas, meu agradecimento todo especial vai para a minha mãe, Neusa Maria, mulher batalhadora e guerreira que em todos os momentos está comigo, que me apóia e me incentiva a continuar sempre mesmo quando o caminho está difícil, ela me diz que devo caminhar e confiar em Deus. À minha mãe meu muito obrigado.

Aos meus amigos e ao meu namorado que são pessoas mais que especiais que também sempre me incentivam, que durante o período da minha pesquisa me ouviram e disseram que eu conseguiria chegar ao fim.

À minha orientadora professora Jaqueline Delgado Paschoal que me orientou de forma coerente e com dedicação.

Aos pais que responderam ao questionário que compõem esta pesquisa e a escola que permitiu que eu enviasse os questionários aos pais.

Aqueles que contribuíram com essa pesquisa, obrigada.

“No outono, quando o sol se torna raro, cada dia bonito tem seu preço; na primavera as árvores ficam verdes de qualquer modo. Basta pouca coisa para a criança sentir-se feliz, não há necessidade de providências especiais. Mas nós, apressados, levianamente ignoramos a sua presença. Menosprezamos a intensidade de sua vida e as alegrias que poderíamos proporcionar-lhe com tanta facilidade.”

(Janusz Korczak)

SALES, Caroline Silva. ***A relevância de uma relação saudável entre família e escola infantil na sociedade contemporânea.*** Universidade Estadual de Londrina. Londrina. 2010.

RESUMO

Esta pesquisa teve como objetivo principal analisar de forma crítica a relação entre família e escola infantil. Justifica-se a intenção desse estudo, pois se considera que as transformações ocorridas na família ao longo da história, mostra que essa instituição vem modificando a sua forma de organização. Como metodologia optou pela Pesquisa qualitativa de caráter bibliográfico. Atualmente não se pode considerar apenas um modelo de arranjo familiar, haja vista que temos uma grande gama de arranjos dessa instituição na sociedade contemporânea. O conceito de infância também passou por profundas transformações. Se na idade média não havia um sentimento de afeição em relação às crianças; assim que passavam pelo período mais crítico de alto risco de mortalidade, eram incorporadas ao mundo adulto. Hoje as crianças possuem direitos, deveres, mas estão com suas agendas superlotadas de atividades. A educação infantil como uma instituição que complementa a educação familiar, também sofreu diferentes funções desde a sua origem. Se no início, a mesma voltava seu trabalho para a assistência, na atualidade incorpora as funções de educar e cuidar da criança. Desta maneira os resultados da pesquisa apontam que a relação escola infantil e família é repleta de sentimentos e emoções, por isso deve ser entendida e encarada com seriedade, pois uma relação que vive em desarmonia pode comprometer o trabalho educativo a ser realizado com a criança. Essas instituições devem buscar uma relação saudável levando em conta a criança e seu desenvolvimento.

Palavras-Chave: Educação infantil, Família e Criança.

Sumário

INTRODUÇÃO	8
1. A ORGANIZAÇÃO DA FAMÍLIA E A CONSTRUÇÃO DA INFANCIA: BREVE HISTÓRICO	10
1.1 A Trajetória Histórica da Instituição Família	10
1.2 A Evolução do Conceito de Infância e Educação Familiar.....	16
2. A RELAÇÃO ENTRE FAMÍLIA E ESCOLA NO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM DA CRIANÇA	23
2.1 A Função Pedagógica das Escolas Infantis	23
2.2 A Parceria Entre Pais, Professores e Equipe Pedagógica.....	31
3. A REPRESENTAÇÃO DA FAMÍLIA SOBRE A ESCOLA INFANTIL	36
3.1. Procedimentos Metodológicos	36
3.2 Análise e Discussão dos Dados	37
CONSIDERAÇÕES FINAIS	45
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	50
APÊNDICE	52

INTRODUÇÃO

A relação família e escola infantil é um tema que permeia todo o cotidiano dessas instituições. Essa relação é estreita e carregada de sentimentos e emoções, sendo que qualquer pequena falha na comunicação pode resultar em desentendimentos, podendo comprometer o bom andamento do trabalho educativo com as crianças. Desta maneira, como problema da pesquisa, questionou-se qual é a representação da instituição família sobre a relevância da educação infantil e a necessária parceria entre escola e família?

Justifica-se a intenção dessa pesquisa pela inquietação que surgiu a respeito da relação entre essas duas instituições, haja vista que a criança é o ponto em comum entre elas. Entendendo com clareza a função que a escola desempenha e o papel da família e procurando assegurar que a criança tenha um ambiente saudável para se desenvolver, e para que isso ocorra, família e escola necessitam estar em constante busca de um relacionamento harmonioso, não sem conflitos, mas que esses sejam resolvidos de forma coerente, sem em momento algum perder de vista a educação e o desenvolvimento da criança.

Esse trabalho tem por objetivos analisar criticamente a relação entre instituição escola e família no contexto da educação infantil; discutir a organização da família e a construção do conceito de infância por meio da história; apontar o papel da família e da escola infantil no processo de ensino e aprendizagem da criança e conhecer a representação da família sobre o seu papel na educação das crianças, bem como a função educativa dos centros de educação infantil na sociedade atual.

Como metodologia essa pesquisa se desenvolveu de forma qualitativa e por meio de estudo bibliográfico e pesquisa de campo. Para a coleta de dados utilizou-se de questionário. A opção pela pesquisa qualitativa se deu pelo fato de que esse modelo de pesquisa pretende “descrever a complexidade de determinado problema, analisar a interação de certas variáveis, compreender e classificar processos dinâmicos vividos por grupos sociais” (RICHARDSON, 1999, p. 80).

Ainda nesse modelo de pesquisa que compreende não apenas variáveis, mas preocupam-se com crenças, aspirações, valores e atitudes que não cabem em variáveis numéricas (LAKATOS, 2007)

No primeiro capítulo intitulado: “A organização da família e a construção da infância: breve histórico”, aborda a família e sua organização e, aponta para o modelo familiar mais aceito, que é o da família nuclear, composta por um casal com filhos; esse que não é a única forma de arranjo familiar na atualidade. Enfatiza, também, a evolução do conceito de infância na história, desde o período medieval até a atualidade.

No segundo capítulo: “A relação entre família e escola no processo de ensino e aprendizagem da criança”, ressalta a função educativa das instituições de educação infantil, reiterando sua contribuição para a educação da pequena infância. Ainda neste capítulo, busca-se analisar a relação existente entre escola infantil e família e a necessária parceria e relacionamento saudável entre essas duas instituições.

No terceiro capítulo: “A representação da família sobre a escola infantil”, analisa-se o olhar dos pais sobre a relevância de uma parceria entre eles a escola infantil.

Como contribuição esta pesquisa, pretende sinalizar para a importância da relação entre família e escola infantil, pois estas instituições são importantes para a vida da criança. Desta maneira os profissionais que atuam nesta área devem necessariamente conhecer os aspectos que envolvem essa relação tão estreita.

1. A ORGANIZAÇÃO DA FAMÍLIA E A CONSTRUÇÃO DA INFÂNCIA: BREVE HISTÓRICO

Atualmente temos na sociedade um conceito de família muito diferente do que se via a alguns anos atrás. Pode-se perceber nos dias atuais que a sociedade é composta por vários modelos de arranjos familiares como: famílias nucleares, com mães solteiras, pais solteiros, onde as crianças são criadas pelos avós, tios ou outros parentes, onde as crianças possuem pais diferentes, compostas por uniões homossexuais, enfim temos uma grande gama de arranjos familiares. Mas essa instituição nem sempre foi composta desta forma como conhecemos já que o modelo mais tradicional é o da família nuclear burguesa (pai, mãe e filhos).

Por meio da história podemos perceber que existiam diferentes formas de organização familiar, uma vez que poucas instituições permaneceram intactas.

Da mesma forma que a família modificou-se a concepção de criança e de infância passou por profundas transformações até chegar nessa concepção que se tem na contemporaneidade. Nem mesmo a educação infantil permaneceu a mesma. Haja vista que essa instituição surgiu para atender as famílias e as crianças e possuía apenas um caráter assistencial, de cuidados e de guarda das mesmas.

Nos dias de hoje é incorporado a estas instituições o aspecto do educar e do brincar. Desta maneira faremos um “passeio” pela história até chegarmos aos dias atuais, para que possamos compreender mais a fundo as concepções de família, criança e de educação infantil.

1.1 A Trajetória Histórica da Instituição Família

Muitas polêmicas surgem ao se falar de família, ela não é unanimidade, mas se trata de um assunto controverso e carregado de sentimentos e emoções. Para alguns a família é sagrada, deve ser mantida a qualquer custo, mas que para outros ela se trata de algo nocivo e deve ser combatida, pois é um empecilho para o desenvolvimento social. Porém não podemos negar a importância dessa instituição, seja ela boa ou má, com laços sanguíneos ou não, é nela que temos os nossos primeiros contatos sociais, que aprendemos a perceber o mundo a nossa volta, aquilo que primeiramente entendemos por “nós” (REIS, 1984).

Com o passar do tempo e as mudanças na sociedade, como: revoluções, crises, mudanças ideológicas, econômicas e culturais, a família não poderia passar imune a todas essas transformações.

Temos como forma mais comum de organização familiar a estrutura nuclear, onde estão presentes pai, mãe e filhos vivendo numa mesma casa, mas atualmente não se pode considerar esta a única forma de estrutura familiar. Para Reis (1984) a família nuclear burguesa nasce na Europa em meados do séc. XVIII e é fortemente marcada pelo isolamento da família em si e pela separação entre local de trabalho e residência, entre vida pública e privada.

Neste modelo familiar a mulher assume o papel de cuidar dos filhos e do lar, da vida doméstica e torna-se dependente do marido, por ser considerada mais fraca e mais emotiva, onde a educação dos filhos passa a ser a de grande responsabilidade para ela. Esta educação deveria atender os padrões burgueses, em especial ao que dizia respeito aos papéis sociais. E neste contexto o homem torna-se o provedor material da casa, possuindo uma autoridade dominante, sendo racional e apto a resolver qualquer situação, deveria também ser livre e autônomo.

É possível percebermos este modelo de família em alguns filmes, como no filme “O sorriso de Monalisa”, que é um filme que mostra a realidade de uma escola feminina, onde as meninas eram educadas sobre tudo para o casamento e para serem boas esposas. Neste filme é apresentado de maneira bem marcante a estrutura de uma família nuclear burguesa, fica bem claro o papel social que deveria ser desempenhado pela mulher, que era o de ser uma boa esposa.

Percebe-se que atualmente nem mesmo a família nuclear se configura da mesma maneira que a nuclear burguesa do séc. XVIII, mas que algumas mudanças ocorreram, principalmente em relação à mulher que nos dias de hoje também participa como mantenedora material da casa, mas a sem perder a essência da família nuclear, que é a de uma família com pai, mãe e filhos, onde quem exerce dominação é o homem.

Não podemos padronizar um tipo único de família, cada família tem a sua própria forma de organização, segundo Reis (1984):

A relativa autonomia da organização familiar é determinada por uma complexa interação de diversos fatores que se referem tanto às formas peculiares de organização interna do grupo familiar, quanto aos aspectos econômicos, sociais e culturais que o circunscrevem. É por isso que, embora a forma de família predominante em todos os segmentos sociais seja a da família monogâmica burguesa, existem padrões internos que diferenciam as famílias das diferentes classes, assim como padrões que diferenciam formas familiares diferentes dentro de uma mesma classe social. (REIS, 1984, p. 101)

Cada instituição se organiza de uma forma própria, nenhuma família será idêntica a outra, pois elas possuem visões diferentes de mundo, de concepção de criança e de infância, já que carregam a influência da sociedade e de sua classe social.

A família possui uma função importante na sociedade que se organiza por conjunto de valores e papéis que é a de promover a socialização básica para os indivíduos (REIS, 1984). É nela que as crianças têm os seus primeiros contatos sociais e as primeiras aprendizagens.

As famílias medievais possuíam uma forma de organização diferente das formas que encontramos hoje. Essas cultivavam um hábito incomum nos dias atuais, pois enviavam as crianças para outras famílias, onde aprenderiam as [...] “maneiras de um cavaleiro ou um ofício, ou mesmo para que freqüentassem uma escola ou aprendessem as letras latinas” (ARIÈS, 1978, p.228-229). Esse era um hábito muito difundido na época e as crianças aprendiam um ofício e que ultrapassava os limites de uma profissão, tendo em vista que não havia uma divisão da vida particular e da vida pública.

Essas crianças saíam de suas casas com a idade aproximada de sete anos e permaneciam em outras famílias por um período de sete a nove anos. Com isso aprendiam de forma prática, uma vez que os conhecimentos eram passados de uma geração à outra pela participação ativa das crianças no mundo adulto. Crianças e adultos compartilhavam dos mesmos espaços:

De modo geral, a transmissão de conhecimentos de uma geração a outra geração era garantida pela participação familiar das crianças na vida dos adultos. Assim se explica essa mistura de crianças na vida dos adultos [...] As cenas da vida quotidiana constantemente reuniam crianças e adultos ocupados com seus ofícios como por exemplo, o pequeno aprendiz que prepara as cores do pintor, ou a série de gravuras dos ofícios de Stradan, que nos mostra crianças em ateliês com companheiros mais velhos. (ARIÈS, 1978, p. 230)

Nesse período não havia um sentimento entre pais e filhos, haja vista que a família existia mais por uma realidade moral e social do que sentimental. Esse sentimento só passa a existir quando a família possui um mínimo de intimidade (ARIÈS, 1978).

Com as crianças freqüentando a escola e o desejo dos pais em querer estarem mais perto de seus filhos, não os mandaram mais para casas de outras famílias e se preocuparam mais em manter a inocência da criança e de livrá-la do mundo dos adultos.

Essa substituição da aprendizagem em outras famílias pela aprendizagem escolar, possibilitou a aproximação do sentimento dos pais e das crianças, passando a dedicar-se mais aos pequenos. Ariés (1978) afirma que é “como se a família moderna tivesse nascido ao mesmo tempo em que a escola [...]”. É a partir da aproximação entre pais e filhos que passa a existir um sentimento familiar mais parecido com o que conhecemos atualmente.

Da mesma forma que a família foi se reconfigurando, também passaram por um processo de transformação em sua estrutura. Há uma tendência a partir da segunda metade do século XX, de diminuição das famílias, já que o êxodo das dessas do campo para a cidade e a inserção da mulher no mercado de trabalho, possibilitou maior diversidade de arranjos familiares.

Do ponto de vista prático, ocorrem nas famílias um número maior de divórcios, separações e recasamentos, um grande número de pessoas que vivem sozinhas e o número de famílias chefiadas por mulheres aumenta a cada ano. Entre os anos de 1960 e 1990 houve um crescimento de famílias chefiadas por mulheres de 10% para 20% (GOLDANI, 1994, p.10).

A interpretação para o aumento das famílias chefiadas por mulheres vai na linha da modernização, industrialização e abertura do leque de opções para a mulher [...] Entre os processos de mudança, destacam-se as transformações demográficas, a elevação das taxas de separações e divórcios, a expectativa de vida maior para as mulheres gerando mais viuvez feminina, e a crescente proporção de mulheres solteiras com filhos, além dos processos de maior integração da mulher no mercado de trabalho, aumento da educação e diminuição da fecundidade, desigualdades de renda, raciais e regionais. Portanto, haveria que considerar tanto os fatores de crescentes opções para mulheres de determinados grupos, como as restrições que enfrentam outras para se estabelecer como chefes de famílias. (GOLDANI, 1994, p. 10)

Percebemos que há uma crescente tendência da chefia feminina nos lares, onde as mulheres fazem uma dupla jornada, ou seja, cuidam e provem os seus lares: muitas trabalham fora necessitando cuidar da casa, filhos, marido ou companheiro. A inserção da mulher no mercado de trabalho não fez com que houvesse uma divisão sexual dos trabalhos domésticos, ela continua na maioria das vezes com a exclusividade dos trabalhos domésticos (GOLDANI, 2002, p.35).

Com tantas alterações na sociedade e na família a Constituição Federal de 1988 em seu capítulo VII, artigo. 226, 3º, 4º e 5º parágrafo nos traz uma redefinição de família, na qual a família é a união estável entre homem e mulher ou qualquer dos pais e seus descendentes e enfatiza a proteção de seus dependentes – crianças, jovens e idosos. E esclarece que os direitos e deveres conjugais são exercidos de igual modo por homem e mulher.

Art. 226. § 3º - Para efeito da proteção do Estado, é reconhecida a união estável entre o homem e a mulher como entidade familiar, devendo a lei facilitar sua conversão em casamento.

§ 4º - Entende-se, também, como entidade familiar a comunidade formada por qualquer dos pais e seus descendentes.

§ 5º - Os direitos e deveres referentes à sociedade conjugal são exercidos igualmente pelo homem e pela mulher. (BRASIL, 1988)

Essa “inversão de papéis” na qual a mulher é quem chefia a casa é crescente no Brasil. O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE nos mostra esses dados do período de 1995 a 2005 que no Brasil o número de famílias chefiadas por mulheres aumentou 35%, mesmo naquelas onde há a presença do cônjuge.

Percebe-se que o modelo de família nuclear (aquela onde a mulher cuida da educação dos filhos e da casa e o homem é quem prove o sustento da família), não é o único vigente na sociedade. Atualmente muitas mulheres trabalham fora, algumas para se realizarem profissionalmente e outras pela necessidade, sendo assim se dedicam ao trabalho, a casa e aos filhos.

Essas instituições não se organizam de forma homogenia, já que existe uma diversidade de arranjos. Na realidade se tem a idéia de uma família ideal, que seria aquela que se constitui por um casal heterossexual casado e com filhos, onde o marido seria o principal provedor do lar, Goldani (2002) nos afirma que no Brasil

como em outros países os programas de bem-estar social estão pautados neste molde de família nuclear, modelo este reconhecido como universal.

No Brasil, tal como em outros países, o regime de bem-estar social sempre esteve fortemente apoiado na família e, em geral, em um modelo assumido como universal. Este modelo ideal de família que orientou e em alguns casos ainda orienta as políticas sociais seria o de uma família formada por um casal heterossexual, legalmente casado, com dois filhos (um de cada sexo) e todos vivendo em casa própria, onde o marido seria o principal provedor e a mulher a dona de casa, ou que trabalha tempo parcial. Neste modelo, o trabalho infantil não existe ou não deve existir, ainda que se saiba que este segue sendo essencial, economicamente, para muitas famílias. (GOLDANI, 2002, p. 33)

Esse modelo tido como ideal, não é o que está mais presente na atual conjuntura da sociedade brasileira. Temos várias formas de organização familiar, como famílias monoparentais, famílias com uniões homossexuais, famílias compostas por membros sem laços sanguíneos, famílias de mães ou de pais solteiros, etc.

Muitas famílias se organizam de forma matrifocal, Szymanski (2003) diz que essa forma de organização familiar é aquela que se organizam em torno da mulher quando não há um companheiro. Quando este é presente a família assume um caráter patriarcal. No Brasil assim como outras colônias que receberam escravos essa forma de arranjo familiar é comum. O núcleo familiar nesta forma de arranjo é fortemente construído em torno da mãe e dos filhos e que a presença ou a saída do homem do contexto familiar não desfaz o núcleo (SZYMANSKI, 2003).

Percebemos que essa forma de organização onde as famílias chefiadas por mulheres vêm crescendo a cada ano, houve, também, um considerável aumento no número de adolescentes mães que passa de 6,8% para 7,1% entre 1995 e 2005, levando em conta que essa adolescente que já são mães provavelmente terão outros parceiros.

Verifica-se então, que, não se pode dizer que a única forma de organização familiar seja a nuclear, mesmo que esta forma de estruturação ainda seja a mais aceita, devem-se levar em conta os mais diversos tipos de arranjos familiares que compõem a sociedade. Nem todas terão a mesma forma de se organizar mesmo que componha a mesma classe social, já que uma terá a sua forma específica de organização, levando em conta seus valores, crenças e costumes.

1.2. A Evolução do Conceito de Infância e Educação Familiar

A infância nem sempre foi vista da forma como vemos hoje, uma vez que esse conceito se alterou conforme as transformações na sociedade. Atualmente a infância é reconhecida como uma fase importante na constituição do ser humano, onde ele ou ela necessita de cuidados especiais para crescer e desenvolver-se.

A noção de infância é uma “invenção” dos tempos modernos (AZEVEDO e SILVA, 1999). A concepção de infância tal como temos atualmente não existe desde a antiguidade, mas surge a partir de transformações ocorridas na sociedade. Para Wartofsky (apud ZAMBERLAN, 2005) “a infância é uma construção cultural historicamente variável, na sua realidade vivenciada, isto é, nas diferentes maneiras de ser criança.” Já o dicionário online Michaelis (1998-2009) trás a seguinte definição de infância como: “período da vida, no ser humano, que vai desde o nascimento até a adolescência; meninice; as crianças em geral; primeiro período da existência de uma sociedade ou de uma instituição; o começo da existência de alguma coisa.”

Mesmo na contemporaneidade o concepção de infância não é única e nem comum a todas as pessoas, ainda temos diversas formas de ver a criança e sua infância. (ZAMBERLAN, 2005).

Existe uma diversidade de conceitos sobre a infância, uma vez que este não é fechado e nem homogêneo. A tendência de querer padronizar a infância, de deixá-la com apenas uma “cara”, é uma tarefa impossível, pois a essa se configura socialmente e é vivenciada de maneiras diferentes em cada família. A criança é um ser social e histórico e que não deve ser concebida de uma forma abstrata e nem como algo sem valor.

Para Ariès (1978) não havia por parte da família um sentimento de afeição pelas crianças que eram enviadas a casas de outras famílias para serem educadas, mas a partir do momento em que a escola deixa de ser apenas para os clérigos e se torna parte da iniciação social, essa ausência de afeição dá lugar a uma preocupação por parte dos pais em vigiar os seus filhos e livrá-los do mundo sujo dos adultos e conservar a sua inocência, inicia-se uma aproximação da família, que agora se concentra em torno da criança.

Para a sociedade medieval a criança não possuía um grande valor e nem recebi grandes demonstrações de afeto. A infância não era uma fase da vida que possuía muita importância e era relativamente curta (AZEVEDO e SILVA, 1999).

Nas sociedades medievais havia um alto índice de mortalidade infantil e isso não permitiam que as famílias criassem laços afetivos mais profundos com seus filhos, não que os pais não amassem seus filhos, mas pela alta mortalidade não criavam tanta afeição pela criança no início da sua vida, pois essa poderia a falecer logo, e assim que as crianças ultrapassavam esta fase do perigo maior de morte eram inseridas no mundo adulto e passavam a ser vistas como adultos em miniatura (CAMBI, apud, FRANCO, 2002).

Segundo Azevedo e Silva (1999):

A diferenciação se resumia a um período relativamente curto em que a criança necessitava de cuidados (físicos, principalmente), até superar a fase de alto risco de mortalidade. Nesse período ela não “contava” como membro da família. Começava a desenvolver-se e era misturada então à sociedade dos adultos, partilhando com eles todas as experiências de trabalho, lazer, etc. A infância era então uma fase bastante reduzida. (AZEVEDO e SILVA, 1999, p. 35)

Neste período as escolas ainda não são um privilégio de todos, mas apenas para os clérigos e religiosos, as crianças eram educadas no seio das famílias, não as suas, mas famílias de estranhos para onde eram enviadas, aprendiam com o cotidiano, eram-lhes transmitido os conhecimentos, a experiência prática e o valor humano, “não havia lugar para a escola nessa transmissão através da aprendizagem direta de uma geração à outra” (ARIÈS, 1978).

É somente no momento que se vê a criança como um ser ingênuo e inocente, que nasce, também, à necessidade de protegê-la e de pelos seus direitos.

De acordo com Franco (2002):

As crianças, na Idade Média, têm um papel social mínimo, sendo, muitas vezes, consideradas no mesmo nível de animais (sobretudo pela altíssima mortalidade infantil, que impedia um forte investimento afetivo desde nascimento), mas não na sua especificidade psicológica e física, a tal ponto que são geralmente representadas como “pequenos homens”, tanto na vestimenta quanto na participação na vida social. Até os seus brinquedos são os mesmos dos adultos e só com a Época Moderna é que se irá delineando uma separação. (FRANCO, 2002, p. 31)

Apenas com a modernidade é que a criança passa a ser vista de um modo diferente do adulto, mas sendo pensadas como seres frágeis e inocentes e as relações entre adultos e crianças eram meramente formais, sendo a criança inferior ao adulto. Ainda não havia uma consciência de infância (PASCHOAL e MACHADO, 2007).

Mesmo com o advento da modernidade da criança ainda é menosprezada, apesar de ser paparicada, não tem um espaço de reconhecimento a criança ainda é um ser pequeno, e o que é pequeno é menosprezado, “para conquistar respeito e admiração é preciso ser grande, ocupar espaço. O pequeno é banal e desinteressante. Gente pequena, necessidades pequenas, pequenas alegrias e tristezas” (KORCZAK, 1986, p.69).

A criança como ser “inferior”, “pequeno” é tratado ainda como tal. Temos uma visão clara de que a infância foi se modificando e nem sempre foi à mesma e nem é a mesma em todas as sociedades, o conceito sobre esta fase da vida de um individuo nem sempre existiu.

Franco (2002) faz um destaque de que a infância

Aparece com a sociedade capitalista urbano-industrial na medida em que mudam a inserção e o papel social da criança na comunidade. Se, na sociedade feudal, a criança exercia um papel produtivo direto (“de adulto”) assim que ultrapassa o período de alta mortalidade, na sociedade burguesa ela passa a ser alguém que precisa ser cuidada, escolarizada e preparada para atuação futura. Este conceito de infância é, pois, determinado historicamente pela modificação de formas de organização da sociedade. (FRANCO, 2002, p. 32)

Atualmente a visão que temos sobre a infância é de que esse é um tempo na vida de um individuo onde este deve receber cuidados específicos e especiais, temos a visão de uma infância com direitos e deveres, de uma infância que deve ser preservada e cuidada, mas vivemos ainda nos dias de hoje uma contradição onde a temos uma infância marginalizada, de violência e maus tratos.

Não precisamos ir muito longe para presenciarmos cenas de crianças nas ruas, roubando, sendo exploradas, tendo suas infâncias roubadas. Vemos todos os dias nos noticiários e em filmes cenas de crianças que “perderam” (e estão perdendo) a sua infância, sendo tratadas como adultos. E então, surge uma

questão, estamos tratando as nossas crianças e as suas infâncias da mesma forma que elas eram tratadas na sociedade medieval?

A forma mais como se está mostrando a criança é, sem dúvida chocante. Não precisamos assistir filmes, a programas de televisão ou olhar coletâneas de fotos para nos depararmos com situações angustiantes. Basta observarmos nas ruas a realidade nua, desvelada à nossa frente. Muitas cenas para olharmos sem nada a fazer, por vezes insensíveis, pois, de tão freqüentes, parecem normais [...] Crianças e adolescentes assaltam e chocam nosso imaginário e nossa sensibilidade pedagógica. Flores tão tenras e com tantos espinhos, tão cedo! Como não perguntarmos onde foi a ternura e a cor de nossa infância? Somos nós pedagogos e condutores ou há outros condutores nos tortuosos caminhos e becos da cidade. (FRANCO, 2002, p.35)

Temos, atualmente, crianças com agendas lotadas com a escola, o balé, a natação, o judô, o inglês entre tantas outras atividades na qual o espaço para o brincar se torna ausente. Nunca se falou tanto em defender a criança e sua infância. Existem leis que defendem seus direitos como o Estatuto da Criança e do Adolescente (1990) e leis como a LDB (1996) que rege a educação. Mas nem sempre o que dita às legislações são cumpridas.

Em nosso país, temos ainda, muitos abusos e maus tratos praticados contra os pequenos. Vemos casos de crianças que são esquecidas dentro de carros, que são vítimas de violência doméstica e que sofrem abuso sexual e moral daqueles que deveriam amá-las e defende-las. Vemos, ainda, crianças sendo assassinadas pelos próprios pais, abandonadas e outras ainda perdem as suas vidas mesmo antes de nascerem; mães abandonam seus bebês em sacos de lixo ou em rios, temos, ainda, apesar de ser ilegal o trabalho escravo infantil e ao andarmos um pouco pelas cidades, vemos crianças nos semáforos pedindo esmolas ou vendendo balas.

Temos também uma visão de infância daquele que é incompleto, que ainda virá a ser, de futuro. É como se a criança não fizesse parte do presente, mas, apenas de um futuro.

Os adultos projetam nas crianças suas expectativas e sonhos, pretendem que elas cumpram aquilo que eles não conseguiram cumprir em suas próprias vidas. É comum se perguntar as crianças, “o que você vai ser quando crescer?”, mas geralmente não lhes questionamos sobre o que ela gosta ou sobre o que quer brincar naquele momento, pois o que importa não é o que a criança é no presente, mas sim

o que ela virá a ser no futuro, qual profissão terá, se será importante e se vai ter muito dinheiro, se vai ser “alguém na vida”. Janusz Korczak (1986) apresenta bem esta angustia adulta “Indagamos com aflição: O que vai ser quando crescer? Desejamos que as crianças se tornem melhores do que nós. Sonhamos com um futuro homem que seja perfeito”. Existe uma preocupação adulta a respeito do que a criança virá a ser, pois tem nela a esperança de seu próprio futuro “a infância é a esperança do adulto, pois ele tem, através dela, uma promessa de imortalidade que se baseia na expectativa de que seus valores tenham continuidade” (FORTUNA, 2005, p. 19)

Se quisermos compreender a criança e suas infâncias, devemos nos livrar de nossos preconceitos e da visão adultocêntrica, onde tudo é posto para o adulto e a criança não tem o seu “lugar”. Segundo Korczak (1986):

Todos nós crescemos convencidos de que o grande vale mais que o pequeno. [...] É chato esticar-se todo na ponta dos dedos e não conseguir alcançar o objeto almejado; é duro para as pernas curtas, tentar acompanhar os adultos a passos miúdos; o copo teima em cair da mãozinha pequena. Quanto esforço e trabalho para sentar numa cadeira, entrar num ônibus, subir uma escada. Impossível pegar na maçaneta, olhar pela janela, apanhar ou pendurar um objeto: tudo está sempre alto demais. Na multidão não se consegue enxergar, é fácil se perder, levar um empurrão. Enfim, é incomodo ser pequeno, é chato. (KORZAC, 1986, p. 69)

É necessário vermos a criança com respeito e dignidade sem tratá-la como sendo inferior a nós, ou apenas como um vir a ser, como alguém pequeno, a criança é hoje criança e deve ser tratada como tal.

O futuro da infância, assim como do homem, depende hoje de adultos capazes de contribuir ativa e conscientemente para que as crianças tornem-se, como disse Winnicott, elas mesmas, uma permanente busca da reinvenção humana. (FORTUNA, 2005, p. 21)

Devemos olhar e compreender a criança como um ser histórico e social, como um individuo integral e não como um ser incompleto, com um passado, um presente e um futuro também, que ela não é apenas o que virá a ser, mas aquilo que ela é, uma criança com sonhos, medos, tristezas, curiosidades e alegrias.

Tanto o conceito de família quanto o de infância passaram por profundas transformações no decorrer da história, porém percebemos que mesmo nos dias de

hoje esses conceitos não são fechados e nem comum a todas as pessoas, mas variam dependendo da classe social, cultura e tempo histórico em que essas pessoas estão inseridas.

A partir dessas transformações vemos que a educação das crianças de forma institucionalizada ganha destaque na vida familiar, tendo a partir daí família e escola infantil um relacionamento mais próximo.

2. A RELAÇÃO ENTRE FAMÍLIA E ESCOLA NO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM DA CRIANÇA

As escolas infantis passaram por um processo de mudanças no decorrer da história. O que altera as suas funções até chegar aos dias atuais. A princípio possuía apenas um caráter assistencial, de cuidado e guarda da vida das crianças pequenas, porém hoje, são incorporadas as suas funções os aspectos do brincar e do educar.

Nesse contexto famílias e escola estabelecem um relacionamento próximo e repleto de detalhes e sentimentos. Essas instituições devem caminhar juntas, em parceria para que seja assegurada à criança uma educação de qualidade.

2.1 A Função Pedagógica das Escolas Infantis

A educação infantil é uma etapa importante e fundamental na vida da criança e constitui parte da educação básica, sendo um direito da criança e da família e um dever do Estado. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei 9.394/96 em seu capítulo II art. 29 define que:

Art.29. A educação infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança até seis anos de idade, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade. (BRASIL, 1996)

Hoje, temos leis que regulamentam a educação infantil, exigindo que os profissionais que atuam nessa área devam ter uma formação adequada. O espaço físico também é uma exigência. Muitas foram os avanços deste nível de ensino, no entanto, nem sempre tudo aconteceu desta forma.

Do ponto de vista histórico as escolas infantis surgem em New Lanark, na Escócia, com o reformador Robert Owen, fundada em 1816, onde foi influenciado por Pestalozzi e Rosseau e fundou escolas e uma creche para crianças das famílias ligadas ao moinho de New Lanark. “A escola infantil trouxe uma abordagem humana e inovadora para a educação de crianças pequenas no início do séc. XIX” (SARACHO, 1998, p. 44).

Já os jardins de infância nascem na Alemanha na primeira metade do séc. XIX, e foi idealizada por Friedrich Froebel. “O Jardim de infância de Froebel proporcionava educação simbólica baseada numa filosofia ligada à unidade entre o homem, Deus e a natureza” (SARACHO, 1998, p.45).

Essas instituições foram se expandindo e surgiu a necessidade de treinar professores segundo os seus princípios. Esses treinamentos atraíram várias jovens alemãs, as que eram treinadas recebiam o nome de jardineiras.

No séc. XIX, com a imigração alemã para os Estados Unidos, as jardineiras tem o desejo de implantar os princípios de Froebel com seus filhos. E assim em Watertown, Winsconsin em 1856, surge com Margarethe Shurz o primeiro jardim de infância da América. Segundo Saracho (1998) esses tinham uma grande utilidade para as famílias pobres. Com o rápido crescimento das cidades e o processo imigração europeia para a America e o aparecimento de favelas, foram criados vários jardins de infância beneficentes.

O conceito de infância se voltava para uma criança inocente e romantizada, como uma planta, ou uma flor que precisava ser regada e cuidada, por isso que as pessoas que ali atuavam eram chamadas de “jardineiras”. Azevedo e Silva (1999) ressaltam que:

[...] ocorre no século XIX com a criação dos ‘jardins de infância’, que surgem com base em uma idéia romântica e ingênua da criança [...] centradas nas idéias de criança enquanto ser inocente que necessita ser educado, moralizado, para ser o ‘adulto de amanhã’, as propostas de trabalho daí decorrentes ‘enformam’ a criança, moldam sua mente e seus comportamentos [...] (AZEVEDO e SILVA, 1999, p.38)

Segundo Saracho (1998), as escolas maternais são criadas por Rachel e Margaret Macmillan partindo de suas experiências em clínicas de saúde para crianças pobres na Inglaterra, com o intuito de prevenir as doenças infantis físicas e mentais. A Maternagem significava lidar com a integralidade da criança, nos aspectos físicos, sociais, intelectuais e emocionais. Nessas a responsabilidade era de manter as crianças limpas, alimentadas, descansadas enquanto as educavam.

Já as creches surgem na cidade de Paris em 1844 para ajudar mães trabalhadoras, combater a mortalidade infantil e ensinar hábitos de higiene. Não tinham uma finalidade educativa, mas apenas de cuidados. As creches são frutos da

Revolução Industrial, já que anteriormente as mães podiam mesmo trabalhando fora de casa ter seus filhos por perto (SARACHO, 1998).

Quando o sistema fabril foi estabelecido e as fabricas começaram a contratar um grande numero de mulheres e crianças, os pequenos ficavam separados das mães durante o longo dia de trabalho, pois as classes média e alta tinham empregadas para cuidar de seus filhos. (SARACHO, 1998, p.53)

Percebe-se então, que essas instituições de atendimento a criança surgem com um caráter apenas assistencial, já que preocupação não era a educação intelectual da criança, mas sim o cuidado. A idéia era livrar a criança da marginalização e de ficarem sozinhas em casa, enquanto as suas mães e irmãos mais velhos estavam trabalhando, pois ficavam a mercê de perigos, e também da mortalidade infantil que era elevada. Didonet (s/d) contribui para a compreensão dessa idéia ao dizer que:

Quando as mulheres, e também as crianças de 7,8 e 10 anos começaram a trabalhar nas fábricas, seus filhos menores ficaram sozinhos em casa, sem o cuidado, a vigilância e a atenção dos pais ou dos irmãos. Os problemas, como acidentes, desnutrição, enfermidades e mortalidade infantil, eram tantos que começaram a surgir instituições assistenciais para acolher e abrigar aquelas crianças durante o dia. O nome que tomaram na França (Maison d'asille) é sugestivo de seu forte componente assistencial e caritativo. (DIDONET, s/d)

Saracho (1998) ressalta que as creches “preenchem esta necessidade para a classe trabalhadora, que não tinham com quem deixar seus filhos para trabalhar. As creches nascem com esta finalidade assistencial, para que enquanto a mãe estivesse trabalhando as crianças não ficassem “soltas” por ai.

Já no final da 1ª e depois da 2ª guerra mundial, ocorreu um fenômeno parecido em virtude das crianças órfãs e abandonadas, despertando a consciência dos governantes e de entidades internacionais, como a UNICEF, OMEP e outras, dando um novo impulso à atenção para com as crianças (Didonet, s/d).

Segundo Saracho (1998), a história das creches passa por três períodos distintos. O primeiro que é anterior a 1920 tem uma visão da creche como algo essencial para a família, para sua ascensão social. O segundo momento observado que vai de 1920 a 1940, o serviço de cuidados infantis fica restrito, sendo oferecido

apenas em casos de necessidade especial e o terceiro período que é a partir de 1960 que a creche é vista novamente como um serviço essencial para as mulheres trabalhadoras, pobres ou não.

No Brasil, com o processo de industrialização e modernização a partir do final do séc. XIX e com a saída da mulher de casa para trabalhar fora, surgem às creches com caráter assistencial. Antes disso a educação de crianças pequenas longe de suas mães praticamente não existia.

Segundo Oliveira (2002), anteriormente a proclamação da República podia se observar iniciativas isoladas de proteção à infância. Com a abolição da escravidão no país, surge o problema dos filhos dos escravos que já não assumiriam a posição de seus pais. Diante disso houve um grande abandono de crianças, buscavam-se soluções para este problema, criando asilos, internatos e creches que eram destinadas a cuidar das crianças pobres. O ideário liberal que era recorrente nessa época, de construção de uma nação moderna, importava preceitos educacionais como o movimento escolanovista, e chegam ao Brasil os jardins de infância, bem recebido por uns e severamente criticado por outros.

A discussão girava em torno da criação dos jardins de infância, já que se estes fossem destinados aos mais pobres com o objetivo de caridade, não deveriam ser mantidos pelo poder público. Enquanto essa discussão acontecia é criado no Rio de Janeiro (1875) e em São Paulo (1877) os primeiros jardins de infância, tendo como público alvo as camadas mais elevadas da sociedade, cuja proposta pedagógica se baseava em Froebel.

Com a criação de fabricas admitindo um grande número de mulheres para o trabalho, visto que a maioria dos homens trabalhava na lavoura, não se considerou a questão do cuidado dos filhos dessas operárias que necessitaram criar alternativas para deixar seus filhos. Uma das opções encontradas foi a de deixá-lo com outras mulheres que se propunham a cuidar em troca de dinheiro.

Nessa época as mulheres que cuidavam das crianças eram chamadas de “criadeiras”, havia uma alta mortalidade infantil decorrente da precariedade de condições materiais e higiênicas, e as mulheres ganham o estigma de “fazedoras de anjos” (OLIVEIRA, 2002).

Mesmo que a questão relacionada aos filhos das operárias fosse uma situação produzida pelo sistema econômico, a ajuda com os cuidados das crianças

era entendida ainda como um favor, uma caridade, prestada por algumas pessoas ou grupos. Os sindicatos reivindicavam um espaço de guarda para as crianças para que as mães pudessem trabalhar, mas essa não era uma questão que se chegava a um consenso no movimento operário. Para abafar os movimentos sindicais, foram fundadas vilas operárias, clubes esportivos e também creches, sendo que essas instituições eram usadas pelos empresários como um meio de ajuste das relações de trabalho.

Em 1923, foi instituída a primeira regulamentação sobre o trabalho da mulher que determinava que a instalação de creches e salas de amamentação próximas ao ambiente de trabalho e que os estabelecimentos de trabalho deveriam facilitar a amamentação durante a jornada de trabalho das mães trabalhadoras. Surgiram as primeiras regulamentações do atendimento às crianças pequenas em escolas maternais e jardins de infância. Ainda no mesmo ano surge outra iniciativa, que foi a Inspetoria de Higiene Infantil, que em 1934, foi transformada em Diretoria de Proteção à Maternidade e à Infância. Na década de 40 a educação das crianças pequenas era permeada pelas idéias higienistas da época, onde as creches eram entendidas como um “mal necessário”, foram, portanto, planejadas como instituições de saúde, com rotinas, triagem, lactário e auxiliares de enfermagem, procurando fazer um controle da vida em especial da população das camadas menos favorecidas.

No início dos anos 50 as poucas creches que surgem fora das indústrias eram de caráter filantrópico e ainda prezavam o assistencialismo, sem muita preocupação com a educação das crianças. Nos anos 60 temos fato importante para a educação, a implantação da primeira Lei de Diretrizes e Bases para a Educação Nacional – Lei 4.024/61.

Houve um aumento da entrada das mulheres de classe média no mercado de trabalho, levando a um crescimento das pré-escolas em especial nas iniciativas particulares, essas instituições aparecem mais preocupadas com aspectos cognitivos, emocionais e sociais da criança pequena, com ênfase à criatividade e sociabilidade.

Nos anos 70 ocorre um processo de municipalização da educação pré-escolar, devido à diminuição das vagas na rede estadual e a aprovação da Emenda Calmon à Constituição Nacional em 1982, vinculava um percentual mínimo de 25%

das receitas municipais com o ensino em geral. Havia intensos debates nessa época referentes ao cuidar e o educar, mas o regime assistencialista era o que prevalecia.

Encerrado o período militar, novas políticas para creches são anexadas no Plano Nacional de desenvolvimento em 1986. Muitos questionamentos foram feitos aos educadores a respeito do trabalho em creches e pré-escolas servirem como base para movimentos de luta contra a desigualdade e uma função pedagógica é proposta visando o desenvolvimento lingüístico e cognitivo das crianças.

Na Constituição Federal de 1988 é alcançada uma grade conquista: o reconhecimento da educação infantil como um direito de todos e um dever do Estado.

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (BRASIL, 1988)

Com a promulgação da Constituição é determinado que a união, os estados e os municípios aplicassem obrigatoriamente recursos em educação.

Art. 212. A União aplicará, anualmente, nunca menos de dezoito, e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios vinte e cinco por cento, no mínimo, da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino. (BRASIL, 1988)

Houve um aumento no número de pré-escola e uma melhoria no nível de formação de seus docentes, em sua maioria incluídos no magistério.

Nos anos 90 temos a promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente e a criação da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, no ano de 96, que insere a educação infantil como etapa inicial do ensino fundamental.

Art. 29. A educação infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança até seis anos de idade, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade. (BRASIL, 1996)

Além disso, é formulado pelo MEC o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil - RCNEI, que é um documento norteador, feito em três volumes no

ano de 1998. Este documento compreende aspectos como formação dos profissionais, o brincar, o cuidar, o educar, objetivos da educação infantil, e os eixos de movimento, música, artes visuais, linguagem oral e escrita, natureza e sociedade e matemática.

Segundo o RCNEI a educação infantil tem por objetivo se organizar de forma que as crianças possam: desenvolver uma imagem positiva de si, atuando de forma cada vez mais independente; descobrir e conhecer progressivamente seu próprio corpo, suas potencialidades e limites, desenvolvendo e valorizando hábitos de cuidado com a própria saúde e bem-estar; estabelecer vínculos afetivos e de trocas com adultos e crianças; estabelecer e ampliar cada vez mais as relações sociais; observar e explorar o ambiente com atitude de curiosidade, percebendo-se cada vez mais como integrante, dependente e agente transformador do meio ambiente; brincar expressando emoções, sentimentos, pensamentos, desejos e necessidades; utilizar as diferentes linguagens (corporal, musical, plástica, oral e escrita) ajustadas às diferentes intenções e situações de comunicação; conhecer algumas manifestações culturais, demonstrando atitudes de interesse, respeito e participação frente a elas valorizando a diversidade. (BRASIL, 1998)

Atualmente os serviços de educação da primeira infância têm crescido em todo o mundo. A visão assistencial tem sido superada, haja vista que se entende que a educação neste nível de ensino vai muito além do cuidar, pois perpassa os âmbitos do educar e brincar, tendo a criança como um ser histórico e social que se desenvolve e aprende de acordo com sua cultura.

Vemos o quanto à educação infantil se expandiu, pois temos documentos que regem e norteiam as práticas educacionais, que integram o cuidar, o educar e o brincar. Fóruns e debates são realizados para discussões acerca dessas instituições. Apesar dos avanços, ainda há muito que ser feito pela educação das crianças pequenas, como a qualidade de profissionais que atuarão nessa área, que não devem ser despreparados e leigos, mas um profissional capacitado e reconhecido. É necessária a superação da concepção de criança abstrata, uma vez que a criança é um ser único e deve ser respeitada e tratada com dignidade.

A educação infantil é um direito da família e da criança e não deve lhe ser negada ou negligenciada. Para atuarem nessa área os profissionais devem ser preparados, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996) afirma que:

Art. 62. A formação de docentes para atuar na educação básica far-se-á em nível superior, em curso de licenciatura, de graduação plena, em universidades e institutos superiores de educação, admitida, como formação mínima para o exercício do magistério na educação infantil e nas quatro primeiras séries do ensino fundamental, a oferecida em nível médio, na modalidade Normal. (BRASIL, 1996)

Compreende-se que a educação infantil deve ser tratada com seriedade, seus profissionais devem ser preparados e não apenas terem uma “vocação” ou gostarem de crianças. A primeira infância é uma fase importante da vida de um indivíduo, e, portanto, os professores que irão atuar nessa área, devem ter um mínimo de conhecimentos básicos, como conhecimentos sobre o desenvolvimento infantil, sobre a tríade cuidar, educar e brincar e as necessidades da criança, etc.

Essas instituições devem respeitar o desenvolvimento integral da criança, considerando seus aspectos físicos, cognitivos, sociais, afetivos. Segundo Didonet (s/d) afirma que:

A educação infantil coloca como seu objetivo-síntese o desenvolvimento integral da criança, compreendendo, por isso, os aspectos físicos, social, cognitivo e afetivo de sua personalidade. Pode parecer complicado trabalhar todos esses aspectos integralmente, mas favorece ao educador infantil o fato de que na criança nada é separado. Tudo o que ela faz, ela o faz com seu corpo, seus sentimentos e com a inteligência de que dispõe. (DIDONET, s/d, p. 93)

Não é concebível, portanto, uma educação para crianças com profissionais leigos, em ambientes desfavoráveis para a criança, ou com atividades que não levem em conta uma criança como sujeito integral e integrado, com direitos, deveres, como um indivíduo histórico-social.

A educação infantil avançou muito nos últimos anos, mas ainda há muito que se conquistar. Se tivermos uma educação básica de boa qualidade para as crianças com certeza teremos, como muito se prega cidadãos críticos e mais conscientes da sua realidade.

2.2 A Parceria entre Pais, Professores e Equipe Pedagógica.

Na educação de crianças pequenas é necessária e importante uma parceria firme e constante entre escola infantil e família. Sem que isso ocorra um bom trabalho pode ficar comprometido. De acordo com Didonet (s/d) a “família e centro pré-escolar, portanto, devem estar bem articulados, tentando uma educação coerente. Objetivos comuns e estratégias complementares facilitam o processo educativo e não traumatizam a criança.”

A entrada de uma criança na escola trás para a família e para a criança várias mudanças, na sua rotina, no círculo de convivência, na alimentação da criança, na sua higiene, etc. Essa inserção trás algumas alterações, como a rotina de uma turma que terá que se adaptar à nova criança, aos professores que farão a adaptação da criança nova, entre outras mudanças.

Essas são alterações que afetam os dois lados, mas em especial à família e a criança, e é importante que ambos os lados trabalhem juntos para que a criança se adapte da melhor forma possível, Bassedas (1999) afirma isso dizendo que:

Essa tarefa é tão complexa que há trabalho para todos. O que convém é não complicá-la, e sim torná-la mais simples e gratificante. Em uma perspectiva de colaboração mútua, que passa pela confiança e pelo conhecimento, é possível fazer o que seja necessário: assegurar que os dois contextos de desenvolvimento mais importantes nos primeiros anos de vida de uma pessoa possam compartilhar critérios educativos que facilitem o crescimento harmônico das crianças. (BASSEDAS, 1999, p. 285)

O que ocorre muitas vezes entre o centro de educação infantil e família é justamente o contrário, acontece uma grave disputa entre esses dois ambientes de extrema importância para a criança. Em algumas situações família e escola disputam a atenção e o afeto da criança, já em outras as duas instituições vivem em “pé de guerra”, são pais que não participam, é a escola que não permite a participação mais efetiva da família.

Acusações são trocadas e uma relação que deveria ser ou ao menos procurar ser harmônica em prol do bem estar da criança se torna um “campo minado”, é necessário muito cuidado aonde vai se pisar, pois ali pode explodir. Observa-se que as creches e pré-escolas reconhecem a importância do trabalho com a família, mas consideram as famílias despreparadas e pouco competentes em

especial as famílias de baixa renda, ou família de pais adolescentes; os professores ficam insatisfeitos com a ausência dos pais, mas quando estes tentam uma aproximação maior, os professores se aborrecem; e ambas, creches e pré-escolas, e família trocam acusações em vez de tentarem resolver os problemas em um acordo comum. (OLIVEIRA, 2002)

A família e a escola infantil devem manter os seus papéis que são distintos e uma não deve querer assumir o lugar da outra, mas sim assumir uma postura complementativa, ajudando a criança a se desenvolver de maneira plena e saudável. Para Sambrano (2006):

Apesar de apresentarem obrigações diferentes, a família e a instituição educacional têm um objetivo comum - o desenvolvimento infantil – e uma relação entre esses dois contextos tem de ser vista como complementar e não encarada como forças distintas e separadas [...] Familiares e profissionais não são amigos; são parceiros na educação e cuidado das crianças em contextos diferenciados pela sua natureza, objetivo e conteúdos. Há de se ressaltar que família é família e instituição de Educação Infantil é instituição, com objetivos comuns, como já exposto, mas também com determinações e responsabilidades específicas, bem como expectativas igualmente diferenciadas. (SAMBRANO, 2006, p. 148, 149)

Ao disputarem escola e família podem causar danos à educação da criança, que é ponto em comum entre ambas, não realizando um trabalho de qualidade e prejudicando a criança que fica num jogo de “empurra-empurra” ou entre uma constante disputa pela atenção e afeto da criança.

Outras vezes o que ocorre é uma tentativa da interação dessas duas instituições que fazem parte da vida da criança, mas essa muitas vezes se torna uma experiência frustrada à medida que não há um preparo dos profissionais para receberem de forma adequada a família na escola, os profissionais da educação se sentem invadidos e vigiados; com a família ocorre os extremos, ou ela quer estar todo o tempo presente na escola ou simplesmente não comparece à escola por diversos motivos.

A escola ao fazer essa abertura para a família deve preparar de forma adequada a sua equipe pedagógica, professores e os demais funcionários da escola, e preparar também a família principalmente em seus primeiros encontros,

como em reuniões de início de ano, para que assim o trabalho com as crianças transcorra de forma harmoniosa e respeitosa.

Sendo assim, uma creche onde encontra-se o aumento do nível de participação das famílias como parte do planejamento e realização de suas atividades, necessita desenvolver um trabalho de preparo tanto de seus profissionais quanto das famílias, para que aquela participação não implique em prejuízo da qualidade de atendimento e conseqüente insucesso da iniciativa. (OLIVEIRA, 1992, p.116)

Não se trata de uma tarefa fácil, mas sim de algo que deve ser feito e encarado por parte da escola com profissionalismo e dedicação, essa abertura será vista de forma mais natural com o tempo e muito dialogo, e proporcionará a criança uma educação de maior qualidade. De acordo com Oliveira (1992):

‘Abrir a creche’ significa reconhecer que a creche é um dos contextos de desenvolvimento da criança compartilhando com a família a educação da mesma. Isto implica em compartilhar os sucessos e as dificuldades que se apresentam e, acima de tudo, transformar este trabalho em colaboração mutua. Sem duvida, há que se determinar o que deve ser responsabilidade da creche e o que deve ser da família. Mas os papeis de cada um só vão se construindo a partir do exercício cotidiano de dialogar. (OLIVEIRA, 1992, p.116)

No trabalho com as crianças, em especial as crianças pequenas é necessário que os dois pólos mais importantes para a ela entrem, ou procurem entrar, em acordo, buscando juntos soluções para os problemas que surgirem referentes à criança, tentando solucioná-los da melhor forma possível, em parceria e não querendo saber quem é melhor ou quem entende melhor a criança, ou ainda não ficar jogando a culpa de um problema para a outra parte, mas querer em conjunto chegar a um ponto em comum .

A escola infantil em momento algum deve querer tomar para si o lugar da família na vida da criança, apesar de muitas crianças passarem a maior parte do seu tempo na escola, os profissionais que atuam na educação infantil devem ser preparados desde a sua formação inicial para entender que fazemos parte de um processo na vida da criança, de que acompanharemos o seu desenvolvimento, e entendermos que escola é escola e família é família.

É importante também que o profissional esteja preparado também para o contrário, para não se isentar diante das situações que vier a encontrar, deixando

que outros resolvam o problema, aquele que atuará ou atua na educação infantil deve ter seus olhos atentos e não se emudecer diante das diversas realidades que encontrar principalmente aquelas que se configuram como injustiça e violência contra a criança. De acordo com Oliveira (2002):

O professor não tem um papel terapêutico em relação à criança e sua família, mas o de conhecedor da criança, de consultor, apoiador dos pais, um especialista que não compete com o papel deles. Ele deve possuir habilidades para lidar com as ansiedades da família e partilhar decisões e ações com ela. Se assim ocorrer, a família terá no professor alguém que lhe ajude a pensar sobre seu próprio filho e a se fortalecer como recurso privilegiado do desenvolvimento infantil. (OLIVEIRA, 2002, p. 181)

Por isso e por outros tantos motivos, a parceria escola-família se faz tão importante e necessária em todos os níveis de ensino, mas principalmente aqueles que se referem à criança. Uma boa relação entre essas duas instituições ajuda no ingresso na escola e nos anos que se seguirão.

Se escola e família considerarem o seu ponto comum a criança e não suas disputas o trabalho conjunto fluirá de maneira mais natural e com qualidade, de forma que a criança seja a maior beneficiada nesse processo.

3. A REPRESENTAÇÃO DA FAMÍLIA SOBRE A ESCOLA INFANTIL

Conhecer a representação da família a respeito da escola infantil é um aspecto importante e necessário, pois assim se pode conhecer o que os pais têm pensado e sentido a respeito da educação de seus filhos. Levando-nos, também, a fazer uma reflexão sobre a necessidade da relação saudável entre essas instituições que possuem funções diferentes, mas que ocupam papel de destaque no universo infantil.

3.1. Procedimentos Metodológicos.

Esta pesquisa foi realizada junto aos pais de uma escola particular situada na cidade de Londrina - PR. Como instrumento de coleta de dados foram aplicados questionários composto por oito questões subjetivas e objetivas que cobriram os seguintes aspectos: qual o motivo da opção pela escola infantil, qual a sua função, como é a relação e o envolvimento da família com esta instituição, como é feita a comunicação, relação com a professora e sugestões de melhoria no relacionamento entre a instituição família e escola.

A pesquisa teve por finalidade, como já explicitado no início deste estudo, obter conhecimento sobre como é a relação escola infantil e família. Se tratando de uma pesquisa qualitativa que busca não encontrar apenas variáveis, mas compreender as relações entre instituição família e escola, as quais não podem ser contabilizadas. A pesquisa do tipo qualitativa tem por característica uma análise profunda dos dados coletados, se trata de uma pesquisa que procura entender de forma adequada a natureza de um fenômeno social (Richardson, p.79, 1999). A pesquisa qualitativa não pretende realizar uma análise, um dado de forma estática, mas pretendem:

[...] descrever a complexidade de determinado problema, analisar a interação de certas variáveis, compreender e classificar processos dinâmicos vividos por grupos sociais, contribuir no processo de mudança de determinado grupo e possibilitar, em maior nível de profundidade, o entendimento das particularidades do comportamento dos indivíduos. (Richardson, 1999,p.80)

Tendo em vista as características da pesquisa do tipo qualitativa que abarcam de melhor forma à pesquisa proposta, pois reflete comportamentos tipicamente humanos, repletos de sentimentos e emoções. A metodologia escolhida deve-se pelo fato da pesquisa qualitativa tratar justamente destas particularidades. Lakatos (2007) nos aponta que a pesquisa qualitativa se preocupa com:

[...] com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores, atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis. (LAKATOS, 2007, p. 21-22)

Uma pesquisa que envolve tantos sentimentos e emoções como quando se trata da relação estreita entre a família e a escola não pode ficar presa em dados quantificáveis apenas, mas de uma forma mais complexa procurar a compreensão das relações e dos significados que as permeiam.

3.2 Análise e Discussão dos Dados.

Ao questionarmos aos pais por que a opção por colocar os seus filhos em uma escola de educação infantil, verificamos que a maioria fez a opção por acreditar que a escola infantil contribui para o desenvolvimento da criança e por preferência pela escola e não por babás e ainda alguns pais responderam que deixam seus filhos na escola por uma necessidade profissional.

Como já discutimos nas seções anteriores, a família vem passando por transformações que afetam a sua organização, entre essas mudanças está a saída da mulher para o mercado de trabalho, sendo que esta, ainda tem mesmo na contemporaneidade, a função do cuidado e da educação das crianças. E com isso as escolas infantis assumem um papel de destaque na vida dos pequenos, auxiliando e complementando a ação da família.

Corroborando com essa idéia Sambrano (2006) diz que:

Em síntese, embora seja inegável a importância da família como grupo socializador, outras agências sociais tem se tornado extremamente fortes na sociedade atual no que diz respeito à educação das crianças e, dentre elas, ocupam lugar de destaque as instituições de Educação Infantil [...] mas que também promovem a socialização de maneira auxiliar e complementar a família ou tem por finalidade atender as necessidades infantis por uma família em processo de mudanças e transformações. (SAMBRANO, 2006, p. 146)

Em uma segunda questão onde se queria saber dos pais qual é a função da escola infantil para eles. A grande maioria dos pais responde essa questão dizendo que a função da escola infantil é contribuir para o desenvolvimento da criança sempre em parceria com a família, porém alguns pais disseram que, além disso, a escola infantil possui como função o aspecto do cuidado, principalmente no que diz respeito à segurança física, higiênica e alimentar das crianças.

Ao responderem essa questão os pais demonstram que realmente há uma necessidade do cuidar, principalmente quando se fala da educação de crianças pequenas, entretanto devemos nos atentar que a educação infantil não deve ter apenas o aspecto do cuidado, mas vir acompanhada da tríade cuidar, educar e brincar, que compõem o universo infantil.

Segundo Moreno (2007):

[...] esta nova concepção de educação infantil, que tem por finalidade o desenvolvimento integral da criança até seis anos de idade, em seus aspectos físico, psicológico, cognitivo, emocional, estético e social, buscando a integração com a família e a comunidade. (MORENO, 2007, p. 56)

Não devemos perder de vista que as famílias também buscam as escolas infantis para que seus filhos recebam cuidados da educação das crianças. Na educação infantil o cuidar e educar devem ser indissociáveis, para que assim atendam a criança de forma completa.

Rossetti-Ferreira (2003) nos afirma que:

A indissociabilidade entre cuidado e educação precisa permear todo o projeto pedagógico de uma creche, pré-escola ou escola. Trata-se, de certa forma, de uma filosofia de atuação que prevalece – ou não – em todo o planejamento. As famílias não procuram a instituição apenas para que proporcione a seus filhos aprendizados definidos no currículo escolar. Elas buscam compartilhar com os professores educadores o cuidado e a educação de seus filhos. (ROSSETTI-FERREIRA, 2003, p. 12)

Para que haja um trabalho que consiga contemplar a integralidade da criança é necessário que a família tenha consciência da função educativa da escola infantil. Para que isso ocorra de maneira eficaz à escola deve propor as famílias conhecer melhor a escola e sua proposta, levando assim os pais a conhecerem e valorizarem a educação infantil.

Para Bassedas (1999):

Na etapa da educação infantil, convém propor que as famílias conheçam e valorizem o que se faz na escola, já que se apresenta muito difundida a idéia de que as crianças pequenas vão brincar e que não é preciso saber muito para que joguem, brinquem, para trocá-las ou para dar-lhes de comer, é preciso ter paciência, boas disposição e gostar de crianças, etc. Sem negar que essas qualidades são extremamente necessárias, educar, nesta idade, como nas outras, requer um conhecimento profissional que permita analisar e compreender a situação de cada criança e tomar decisões mais convenientes ao caso presente. Por isso, iniciativas tendentes que os pais possam entrar na escola e que conheçam o seu funcionamento devem ser valorizadas e incentivadas. (BASSEDAS, 1999, p. 290)

Na questão seguinte, indagamos os pais sobre a sua relação como família com a escola, todos os pais afirmam ter uma relação saudável com a escola de seus filhos, mas alguns dizem que apesar dessa relação saudável possuem alguma divergência com a escola. Isso nos mostra que em todas as relações existem conflitos em especial relações que envolvem tantos sentimentos e emoções.

Não existe relação saudável sem conflitos e ainda mais quando falamos de crianças pequenas e de sua educação. A Família e a escola devem procurar um ponto de equilíbrio para que o desenvolvimento e aprendizagem da criança sejam respeitados. A respeito desses conflitos existentes Sambrano (2006) afirma que:

No entanto, é necessário ressaltar que a presença de uma relação por demais intimista e cordial não é sinônimo de parceria satisfatória e passível de trazer benefícios aos atores envolvidos, tampouco as crianças, uma vez que em um envolvimento dessa natureza pode se tornar muito superficial nos aspectos condizentes ao desenvolvimento infantil. (SAMBRANO, 2006, p. 149)

Na relação escola- família o que não se deve perder de vista em momento algum é o desenvolvimento da criança, buscando um relacionamento saudável, não sem conflitos, mas que não perca o seu foco que no caso se trata da criança.

Na quarta questão, perguntamos como é o acesso dos pais à escola, suas dependências, tais como salas, liberdade de diálogo com a professora e equipe pedagógica. Em unanimidade os pais afirmam ter total liberdade de acesso e de diálogo.

O diálogo é uma ferramenta importante para se construir uma relação mais amistosa e harmoniosa, pois pequenas falhas na comunicação podem causar grandes danos. Portanto, entre família e escola deve se estabelecer um bom diálogo no diga respeito à criança e seu desenvolvimento. De acordo com Oliveira (1992) “faz-se necessário um trabalho de persistência no ‘diálogo’ cotidiano entre creche e família.”

Em uma próxima questão a pergunta era qual o envolvimento dos pais com a escola, se observavam a agenda, se iam à escola. Todos os pais dizem que tem um bom envolvimento com a escola, que vão diariamente à escola, que checam a agenda e conversam com a professora.

Esse envolvimento dos pais com a escola é de extrema importância, pois pode auxiliar de maneira significativa na aprendizagem das crianças. Segundo Sambrano (2006) quando há um envolvimento por parte das famílias os profissionais se sentem mais valorizados e vistos como mais competentes e dignos de confiança e em contrapartida as crianças melhoram seu comportamento e rendimento e interagem mais com os pais em casa. E Sambrano (2006) ainda afirma que:

[...] o envolvimento parental traz benefícios não só para as crianças, como também para os pais e professores e, mais que isso, o envolvimento familiar pode significar um aspecto-chave no processo de escolarização das crianças, uma vez que geralmente beneficia a aprendizagem infantil e o conseqüente êxito nas atividades escolares. (SAMBRANO, 2006, p. 149)

A sexta questão era referente à comunicação escola-família, como era feita e se o método utilizado é funcional. Nesta escola a comunicação é feita via agenda, bilhetes e reforçada oralmente, como explicado no questionário pelos pais. Todos dizem que o método utilizado pela escola funciona. Um dos pais ainda enfatiza outra

forma de comunicação que a escola se utiliza como método avaliativo, mas que também transmite as informações da criança, que é o portfólio.

Ao responder essa questão eles afirmam que a comunicação “é complementado pelas informações constantes no portfólio. No portfólio é registrado todas as atividades e desenvolvimento da criança na escola durante o ano. A família pode complementá-lo com assuntos/informações que achar importante. É uma ferramenta maravilhosa!”

Ao registrar a informação a comunicação se torna mais segura, pois como afirma um dos pais entrevistados, caso seja necessária uma eventual consulta os dados estarão lá. Na comunicação entre família e escola infantil cuidados como os do registro de dados importantes são fundamentais, haja vista que nessa relação qualquer falha pode resultar em desentendimentos.

Oliveira (1992) afirma que:

Enfim, bastam pequenos episódios ou comunicações que não ficaram bem claras para desequilibrar o bom relacionamento entre educadores e famílias. Sentimentos de ciúme, gratidão, inveja e culpa ai estão presentes e é necessário estar atento a eles par anão alimentar os desentendimentos, os julgamentos precipitados etc. que podem gerar grandes conflitos. (OLIVEIRA, 1992, p. 117)

Na questão seguinte pedimos que os pais falassem sobre as professoras. Nessa questão nenhum dos pais fazem criticas negativas as professoras, porém alguns enfatizam muito o aspecto do carinho e afeto pelas crianças.

Ao darem ênfase a esses aspectos pode-se perceber que os pais esperam que a escola infantil venha ao encontro dessa necessidade da criança. Quando a família decide por deixar seus filhos em uma instituição de educação infantil surgem muitos sentimentos, e para os pais essa afetividade por parte das educadoras é um elemento importante. A afetividade se torna no trabalho com os pequenos um fator inerente e fundamental (OLIVEIRA, 1992).

Na ultima questão pedimos que os pais fizessem sugestões para a melhoria da relação escola e família. Nessa questão muitos pais optaram por não responder ou disseram não ter nenhuma sugestão para fazer. Dos que responderam, a maioria diz que gostaria que a escola promovesse mais encontros e que tivessem mais acesso aos projetos realizados por seus filhos.

As famílias entrevistadas demonstram interesse em acompanhar seus filhos na educação infantil, que querer estar presentes. Esses pais desejam contribuir com a escola se envolvendo com os projetos e demais atividades que a escola possa promover.

A instituição de educação ao ter pais interessados na participação efetiva, deve abrir as portas para essas famílias, permitindo que estas estejam mais envolvidas, colaborando com a aprendizagem e terem a possibilidade de estar de forma mais presente no desenvolvimento de seus filhos.

Mas, para que isso ocorra à escola deve estar preparada para receber esses pais promovendo encontros onde os pais possam comparecer e permitir quando possível que a família possa se envolver nos projetos desenvolvidos na escola e ainda dar sugestões para a escola.

A escola infantil pode proporcionar esses momentos de trocas. Sambrano (2006) diz que essa relação pode ocorrer no período de entrada e saída das crianças, ocorrendo de maneira mais informal o que gera um clima de familiaridade; nas reuniões de pais que se caracteriza por um momento mais formal, onde será feita a transmissão de informações, porém ganha um caráter limitador dos contatos entre a totalidade de pais e a dos profissionais; poderão ocorrer, também, nas comemorações, palestras e encontros diversos; nos bilhetes ou outra forma que a escola use para se comunicar com a família, que conterão informações pertinentes à escola e a família.

Esse contato contínuo e que se conquista constantemente entre família e escola é necessário e importante para o bom trabalho com as crianças, podendo garantir que o seu desenvolvimento e aprendizagem ocorram de maneira mais harmoniosa.

Oliveira (1992) afirma que:

O bom relacionamento entre educadores e famílias a ser constantemente conquistado contribui muito para o trabalho com as crianças, pois dificuldades surgidas podem se resolver mais rapidamente e a segurança é maior nas decisões que são tomadas em relação a elas. Cuidados com esta relação podem prevenir alguns problemas que costumam surgir. (OLIVEIRA, 1992, p. 118)

Ao analisarmos os questionários respondidos pelos pais, podemos perceber que as famílias atendidas por essa escola possuem o desejo de acompanhar os seus filhos na instituição, por mais que alguns possuam algumas divergências com a escola é possível manter um bom relacionamento visando à criança.

A escola para abarcar a disponibilidade desses pais em participar da vida escolar de seus filhos, deve preparar seus professores e demais funcionários, para que essa parceria venha a ocorrer de maneira eficaz e harmoniosa, apesar dos conflitos que surgirão. A instituição de educação infantil deverá complementar a ação da família, sendo ambas, parceiras buscando o desenvolvimento e o aprendizado da criança.

Fica claro também com esta pesquisa a importância que a escola infantil vem assumindo na sociedade atual, tendo em vista as transformações pelas quais a família vem passando. Cada vez mais a escola tem ganhado espaço na vida das famílias e das crianças que muitas vezes passam mais tempo na escola do que em casa com os seus pais e demais familiares.

Com esses fatos é necessário que a família entenda a função educativa das escolas infantis, ainda é vigente a idéia de que nessas instituições a criança vai só para brincar e para receber cuidados, mas é dever da escola propor aos pais o conhecimento a respeito da função que a educação infantil possui. O cuidar é um fator importante, porém não é o único que permeia o cotidiano das escolas infantis, junto a ele vem o educar.

Para que haja um bom relacionamento entre essas instituições é necessário que o diálogo seja constante, pois pequenas falhas na comunicação podem afetar todo o trabalho realizado.

Família e escola devem ser parceiras na educação da criança, cada uma assumindo a sua função, procurando oferecer à criança uma educação de qualidade e digna.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho se realizou com o intuito de responder a seguinte questão “qual é a representação da instituição família sobre a relevância da educação infantil e a necessária parceria entre escola e família?”

Ao vermos a trajetória da família por meio da história, podemos afirmar que esta modificou sua estrutura. Atualmente temos vários arranjos familiares, com laços sanguíneos ou não, porém a forma mais comum de organização familiar é o da família nuclear burguesa que é composta por um casal heterossexual e um casal de filhos.

Neste modelo de família os papéis sexuais são bem definidos, a mulher é responsável pelo cuidado do lar e dos filhos, provendo a educação das crianças, o homem é o mantenedor financeiro do lar, este deveria ser livre e autônomo.

O modelo nuclear de família surge na Europa por volta do século XVIII e é fortemente marcada pelo isolamento da família, sendo que antes esta instituição não se isolava, mas viviam mais comunitariamente, as crianças aprendiam com outras famílias e na prática, conviviam constantemente com os adultos, nesta época também não havia separação da vida pública com a vida privada.

É somente a partir do momento que a família tem mais intimidade é que surgem os sentimentos de família mais comuns com que temos atualmente. As famílias eram muito mais uma realidade social e moral do que sentimental.

Na contemporaneidade este tipo de família ainda é o mais vigente e aceito socialmente, porém muitas mudanças ocorreram principalmente ao que diz respeito ao papel da mulher que agora também contribui com o sustento material da casa, além de manter os papéis que ela já exercia.

Assim como num contexto global, no Brasil as famílias se modificaram, tendo como principal motivo o êxodo para as cidades, a inserção da mulher no mercado de trabalho, tendo a sua função na família nuclear alterada. Existe um grande numero de famílias chefiadas por mulheres e que vem crescendo a cada ano, segundo dados do IBGE.

Não podemos nos ater à apenas uma forma de organização familiar, elas não são homogêneas. Cada família se estrutura de forma diferente, conforme a sua cultura, contexto e classe social.

Assim como o conceito de família, o conceito de infância não foi e nem é padronizado e nem homogêneo. A infância é um conceito da modernidade, sendo uma construção cultural e historicamente variável.

No período medieval não se tinham um sentimento mais profundo de afeição para com as crianças, pelo alto risco de mortalidade que elas tinham e assim que esse período de risco era superado as crianças eram inseridas no mundo adulto.

Mas, com a escola deixando de ser privilégio de apenas alguns surge um novo sentimento pela criança, os pais querem livrá-las do mundo sujo dos adultos preservando assim a sua inocência.

Compreende-se que conforme as mudanças sociais, culturais e econômicas foram ocorrendo o conceito de infância foi se alterando, não podemos querer padronizar a infância, pois essa se molda conforme a sociedade, a cultura, a classe social, entre outros aspectos nos quais a criança está inserida. Entretanto, atualmente temos uma infância atarefada, de crianças que suas agendas repletas de atividades, sem terem tempo para o brincar, para o ser criança.

Ainda podemos ver nos nossos dias uma visão da criança como daquele que ainda virá a ser, daquele que não é, de um futuro, de algo incompleto e inferior. Muito se fala de proteção à criança, porém ainda vemos crianças sendo maltratadas, abusadas e até mortas por aqueles que deveriam protegê-las e velar por seu bem-estar.

A criança deve ser olhada na sua integralidade, não como um ser abstrato, mas como um indivíduo que possui direitos e deveres, que tem sentimentos e emoções, fica feliz e triste, chora e sorri.

A educação infantil é um direito garantido na lei 9.394/96 que assegura que a educação das crianças como sendo um direito da criança e da família e um dever do Estado. Hoje a educação infantil é comum, mas nem sempre foi assim

Essas instituições surgem para atender as mulheres que necessitavam trabalhar e não tinham onde deixar os seus filhos pequenos, e possuíam apenas um caráter assistencial, de guarda da vida da criança.

As primeiras iniciativas de creches, jardins de infância ou de escolas infantis surgem em e New Lanark, na Escócia, com o reformador Robert Owen, sendo fundada em 1816, que tinha influencias das idéias de Pestalozzi e Rosseau. Os jardins de infância nascem com Friedrich Froebel no século XIX na Alemanha e tinha

a filosofia da unidade entre o homem, Deus e a natureza. Já as creches aparecem na cidade de Paris em 1844 para ajudar mães trabalhadoras, combater a mortalidade e ensinar hábitos de higiene e não possuíam nenhum caráter educativo, mas apenas do cuidado.

Da mesma forma no Brasil as instituições de educação infantil surgem para atender as mães trabalhadoras, e cuidas de seus filhos. Por muito tempo a creche teve esse caráter apenas assistencial, porém atualmente foi incorporado ao cuidar, o educar e o brincar.

Muito se avançou na educação infantil, foram criadas leis e regulamentações, referenciais que norteiam a pratica de profissionais que atuam nessa área, congressos e palestras são feitas em prol da educação das crianças, mas muito ainda precisa ser feito principalmente em relação aos profissionais que devem ser preparados e não leigos e aturem na educação infantil por apenas gostarem de crianças, mas que na educação dos pequenos hajam pessoas preparadas e qualificadas para atuarem de forma que auxiliem no desenvolvimento infantil.

A parceria da família com a escola é um fator importante para a educação das crianças. Buscando juntos uma educação coerente e estratégias complementares para auxiliarem no processo educativo.

Quando uma criança passa a freqüentar o centro de educação infantil ocorrem mudanças tanto para a família e para a criança como para a instituição de educação. Para a criança e para a família é a alteração na rotina, na alimentação, no sono e na higiene como em outros aspectos que envolvem a criança e para a escola é a mudança na rotina da turma que terá que se adaptar com o novo colega.

A escola infantil e a família devem trabalhar sempre em parceria, procurando manter uma relação harmoniosa, mas o que geralmente ocorre é o contrario, é a disputa dessas duas instituições tão importantes na vida da criança.

As escolas devem se preparar para receber as famílias, levando seus profissionais e até mesmo as famílias a se prepararem para essa relação estreita e repleta de sentimentos, tendo como ponto mais importante e em comum a criança. Considerando as suas diferenças e peculiaridades, lembrando que escola é escola e família é família. Mantendo esses pontos em vista poderemos dar uma educação de qualidade e digna as crianças.

A partir da pesquisa que foi realizada com os pais de uma instituição particular da cidade de Londrina, percebemos que as famílias entrevistadas possuem o desejo de participar da vida escolar de seus filhos; e que a escola infantil deve abrir as suas portas para essas famílias. Apesar dos conflitos que alguns pais afirmaram ter com a escola é possível estabelecer um bom relacionamento visando sempre à criança.

Ficou claro também como as escolas infantis vem assumindo um papel de importância na vida das famílias e das crianças, tendo em vista as transformações ocorridas, porém, apesar da educação infantil estar tão presente na vida familiar ainda é necessário esclarecer aos pais a função educativa da mesma, ainda que a escola possua um aspecto de cuidado não se pode perder de vista o educar.

Família e escola devem buscar se relacionar de forma harmoniosa, apesar dos conflitos que surgirão, pois possuem um ponto em comum importante: a criança. Sempre lembrando que cada uma possui uma função diferente e importante na vida da criança. Essa relação é repleta de sentimentos e nem sempre será fácil lidar com eles, porém nesse relacionamento que envolve tantos aspectos históricos, sociais e culturais deve-se prezar pela criança e seu desenvolvimento.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARIÈS, Philippe. **História social da criança e da família**. Rio, Zahar Editores, 1978.

AZEVEDO, Heloisa Helena. SILVA, Lúcia Isabel da C.. **A concepção de infância e o significado da educação infantil**. S/l, Editora Unijaí. Out./Dez. 1999.

BASSEDAS, E; HUGUET, T; SOLÉ, I. Família e escola. In: **Aprender e ensinar na educação infantil**. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1999. P.282-297.

BRASIL. **Constituição da Republica Federativa do Brasil**. DF: 1988.

_____. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei n. 9.394/96. Brasília, DF: 1996.

_____. Ministério da Educação e do Desporto. Secretária de Educação Fundamental. Coordenação Geral de Educação Infantil. **Referencial Curricular Para a Educação Infantil**. Brasília: MEC/SEF, 1998.

DALLARI, D. de; KORZAK, J. **O direito da criança ao respeito**. Tradução Yan Michalski. São Paulo: Summus, 1986.

DICIONÁRIO ONLINE MICHAELIS. <http://michaelis.uol.com.br/>. Editora Melhoramentos, 1998-2009. Acesso em 12 de março de 2010.

DIDONET, Vital. **Educação Infantil**. Humanidades, Brasília, 43, p.89-98, s/d.

FORTUNA, Tânia Ramos. **A reinvenção da infância**. Revista Pátio da Educação Infantil, ano II, Dez. 2004/Mar2005. P. 19-21.

FRANCO, Marcia E. Wilke. **Compreendendo a infância**: como condição de criança. Porto Alegre: mediação, 2002. (Cadernos de Educação Infantil; 11)

GOLDANI, A. M. As famílias brasileiras: mudanças e perspectivas. **Cadernos de Pesquisa**, n.91. Fundação Carlos Chagas/Editora Cortez: São Paulo, nov. 1994.

_____. **Família, gênero e políticas: famílias brasileiras nos anos 90 e seus desafios como fator de proteção**. Revista Brasileira de Estudos de população, v.19, n.1, jan./jun. 2002.

LAKATOS, Eva Maria. Metodologia Qualitativa e Quantitativa. In: **Metodologia Científica**. 5. Ed. São Paulo: Atlas, 2007.

MACHADO, Maria C. Gomes; PASCHOAL, Jaqueline D. Imagens da infância na modernidade: da infância que temos à infância que queremos. IN: PASCHOAL, Jaqueline D.(org). **Trabalho Pedagógico na Educação Infantil**. Londrina: HUMANIDADES, 2007. P. 19- 24.

MORENO, Gilmara Lupion. A organização do trabalho pedagógico na instituição de educação infantil. In: PASCHOAL, Jaqueline Delgado. **Trabalho pedagógico na educação infantil**. Londrina: Humanidades, 2007. P. 53-62.

OLIVEIRA, Zilma Moraes de [et all] . **Creches: Crianças, faz de conta & Cia.**. Petrópolis: Vozes, 1992.

OLIVEIRA, Zilma Ramos. de. **Educação Infantil: fundamentos e métodos**. São Paulo: Cortez, 2002.

REIS, José Roberto Tozoni. Família, emoção e ideologia. In: LANE, Silvia T. M. e CODO, Wanderley (orgs.). **Psicologia social: o homem em movimento**. São Paulo, Brasiliense, 1984. P. 99-124.

RICHARDSON, Roberto Jarry. (et al). **Pesquisa social: métodos e técnicas**. São Paulo: Atlas, 1999.

ROSSETTI-FERREIRA, Maria Clotilde. **A necessária associação entre educar e cuidar**. Revista Pátio da Educação Infantil, ano I, abr/jun 2003. P. 10-12.

SAMBRANO, Taciana Mirna. Relação Instituição de educação infantil e família: Um sonho acalentado, um vínculo necessário. In: **Educação Infantil: Para quê, para quem e por quê?** Campinas: Editora Alínea, 2006. P. 139-155.

SÍNTESE DE INDICADORES SOCIAIS 2006: IBGE detecta mudanças na família brasileira.http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_visualiza.php?id_noticia=77. Acesso em 12/03/2010.

SPODEK, B; SARACHO, O. N. O educador e sua prática. In: **Ensinando crianças de três a oito anos**. Trad. Claudia Oliveira Dorneles. Porto Alegre. Artmed, 1998.

SZYMANSKI, H. **A relação família/escola: desafios e perspectivas**. Brasília: Plano Editora, 2003.

ZAMBERLAN, M. A. T. (Org). **Educação Infantil: Subsídios teóricos e práticas investigativas**. Londrina: CDI, 2005.

APÊNDICE



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA
CENTRO DE EDUCAÇÃO, COMUNICAÇÃO E ARTES
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO

PROJETO DE PESQUISA.

I – INSTRUÇÃO

As questões abaixo relacionadas fazem parte do Projeto de Pesquisa da disciplina-6TCC604: Trabalho de Conclusão de Curso II, intitulado “A Relevância de uma Relação Saudável entre Família e Escola Infantil na Sociedade Contemporânea”, do Curso de Pedagogia da Universidade Estadual de Londrina.

Solicitamos que responda com sinceridade e agradecemos sua colaboração.

II – DADOS PESSOAIS

Iniciais do Nome: _____ Idade: _____

Escolaridade: () 2º grau completo

() 3º grau completo

() 3º grau incompleto

() Especialização

III- QUESTÕES

1) Porque optou em colocar seu filho em uma escola de educação infantil?

() necessidade profissional (não tinha onde deixá-lo).

() preferência pela escola infantil e não por babás.

() por acreditar que a escola infantil contribui para o desenvolvimento infantil.

() para que meu filho possa conviver com outras crianças.

2) Para você qual é a função da escola infantil?

- somente cuidar da criança, enquanto os pais trabalham fora.
- cuidar da criança, principalmente, no que diz respeito à segurança física, higiênica e alimentar.
- preparar a criança para o ingresso nos anos iniciais do ensino fundamental.
- contribuir para o desenvolvimento e aprendizado infantil sempre em parceria com a família.

3) Como é sua relação (como família) com a escola infantil de seu filho?

- relação saudável, porém com algumas divergências.
- relação saudável, porém com muitas divergências.
- relação difícil, já que a escola infantil não oportuniza diálogo.
- relação saudável, parceria constante.

OBS: (selecionar somente uma ou duas alternativas)

4) Que tipo de acesso você tem na escola infantil de seu filho (você pode entrar nas dependências da escola, como nas salas de aula, tem liberdade para conversar com a pedagoga ou com as professoras, etc.)?

- sim, tenho total liberdade de acesso nas dependências da escola e diálogo constante com a equipe pedagógica.
- sim, tenho liberdade de acesso, porém, nem sempre sou atendido de imediato.

5) Como é o seu envolvimento com a escola infantil de seu filho (você vai constantemente à escola, observa a agenda, caso haja agenda, todos os dias, participa das reuniões, etc.)?

6) Como é feita a comunicação entre escola e família (agenda, bilhetes, oralmente)?
Esse método funciona?

7) Fale sobre o trabalho da professora do seu filho (a). (comentários, dúvidas, sugestões).

8) Faça sugestões para a melhoria na relação entre a instituição família e escola.
